

Merleau-Ponty: o sentido e o uso da noção de estrutura

Ericson Savio Falabretti
PUC-PR
falabretti@onda.com.br

resumo Este trabalho discute o alcance das considerações de Merleau-Ponty para a formulação de uma teoria do comportamento. Procuramos, antes de tudo, mostrar em que sentido Merleau-Ponty recusa as interpretações das escolas intelectualista e empirista sobre o comportamento. Depois, num segundo momento, tendo em vista os problemas decorrentes dessas teorias clássicas, apontamos os fundamentos para uma descrição fenomenológica do comportamento: principalmente a partir da noção de estrutura. Procuramos, também, estabelecer a genealogia, os diferentes usos e sentido do termo estrutura nas ciências humanas, sobretudo para a psicologia da Gestalt. Finalmente, discutimos o sentido da do por Merleau-Ponty ao termo estrutura e como essa noção tornou possível uma leitura fenomenológica do comportamento.

palavras-chave Comportamento; Experiência primeira; Corpo; Psicologia da Gestalt; Estrutura; Merleau-Ponty

“Poder-se-ia descrever, imanente ao comportamento, uma espécie de física animal, mas a originalidade não poderia ser compreendida senão por uma psicologia e uma filosofia que soubessem criar um lugar ao indeterminado como tal e compreender que um comportamento ou uma experiência pode ter uma significação vaga e aberta sem ter uma significação nula.”

Merleau-Ponty

Uma das conclusões mais importantes que encontramos em *A Estrutura do Comportamento* é a idéia de que a significação do comportamento não está limitada às descrições e às categorias sustentadas pelas teorias clássicas. Corpo e alma, exterior e interior, associacionismo e inatismo, por exemplo, são concepções que foram contrapostas como base de diferentes filosofias e não são definitivas na descrição do comportamento porque são incapazes de compreender esse fenômeno em sua totalidade. Assim como arco-reflexo, reflexo condicionado, experiência direta e meio comportamental se, por um lado, são conceitos consistentes que merecem atenção, por outro, empobrecem a noção de comportamento quando nos restringimos a eles.

Ao contrário da teoria clássica do reflexo, da reflexologia de Pavlov e das teorias behavioristas como a de Watson, Merleau-Ponty considera que o comportamento deve ser descrito como um fenômeno vivo e aberto, que possui intenções e significações e não exclusivamente como sendo resultado de uma cadeia linear de relações, sejam elas de natureza puramente fisiológicas ou ambientais. Também, de modo semelhante, é preciso ter muito claro que essa recusa dos pressupostos atomistas do pensamento científico sobre o comportamento não levaram Merleau-Ponty a aderir às teses do introspectivismo, pois as intenções e as significações não estão alojadas e não são funções exclusivas de um ego interior.

Mas, então, se o comportamento não se reduz a um funcionamento mecânico do nosso arranjo fisiológico (teoria do reflexo), não é uma coisa (psicologia empirista) e nem uma idéia (intelectualista) como podemos descrevê-lo? De imediato sabemos que o itinerário crítico da *Estrutura do Comportamento* e da *Fenomenologia da Percepção* nos mostra que o comportamento está encerrado na vivência do campo fenomenal, onde não há distinção absoluta – no sentido clássico – entre o vivido e o pensado, entre o que é sentido e o que é representado. É preciso, nesse caso, voltar à experiência primeira se quisermos engendrar uma nova descrição do comportamento. Porém, de imediato, podemos perguntar: de que modo essa volta à vivência original é capaz de produzir significações distintas da lógica representacional preconizada pelo associacionis-

mo e pelo intelectualismo? Nesse caso, a favor dos dados da experiência ingênua, o que seria o comportamento?

Para responder a essas questões o caminho apontado pela *Estrutura do Comportamento* é aquele em que a percepção, o corpo, a consciência e as coisas e o próprio comportamento são tomados como parte de uma filosofia da estrutura. Mas, nesse caso, o que é uma estrutura no sentido merleau-pontyano?

II

Antes de fixarmos o sentido preciso e os desdobramentos do termo estrutura em Merleau-Ponty, é importante reconhecer o grande alcance dessa noção na ordem do conhecimento. Aplicada largamente a vários ramos do saber, o conceito de estrutura parece muito caro, não poucas vezes, às descrições do tipo lógicas, físicas, biológicas, psicológicas, sociais, antropológicas ou lingüísticas. Por isso mesmo não é difícil conceber, por exemplo, que uma estrutura possa ser remetida a uma equação matemática e, também, sirva de fundamento para um modelo explicativo em Biologia ou, ainda, estructure o discurso descritivo de uma sociedade. Desse modo o trabalho de Marcel Mauss, lembra Merleau-Ponty no ensaio *De Mauss a Claude Lévi-Strauss*, nos fornece um bom exemplo de como se realiza uma análise estruturalista em sociologia. Durkheim, ao discutir os fundamentos científicos da sociologia estabeleceu a concepção do fato social, comparável aos objetos do cientista da natureza, como algo desprovido de interioridade e de subjetividade. Assim, conforme o texto *Regras do Método Sociológico*, é o viés metodológico abstracionista do pensamento moderno que deve intervir no trabalho do sociólogo. Interioridade, subjetividade, vivência e proximidade são noções pré-científicas que devem ser descartadas quando pensamos, de acordo com Durkheim, em uma ciência sociológica. Já Marcel Mauss, ao considerar o fato social naquilo que ele tem de ligação íntima com a sua origem e com o seu solo primitivo, recusou pelo menos em parte, conforme a interpretação de Merleau-Ponty, o ideário cientificista e metodológico proposto por Durkheim. Seria, então, o caso de indicarmos que com Mauss é a abertura de uma sociologia ao campo fenomenal que se

processa. Os trabalhos de Mauss foram, a seu modo, elaborados sob a égide dos conceitos de experiência primeira e estrutura, na medida em que a própria sociedade não deixou de ser pensada por esse grande teórico, adverte Merleau-Ponty, como uma estrutura das estruturas:

Assim aparece no fundo dos sistemas sociais uma infra-estrutura formal, somos tentados a dizer um pensamento inconsciente, uma antecipação do espírito humano, como se a nossa ciência já estivesse feita nas coisas, e como se ordem humana da cultura fosse uma segunda ordem natural, dominada por outros invariantes (MERLEAU-PONTY, 1991, p.128).

No trabalho realizado pela antropologia estrutural, como a de Mauss, temos um cientista que não se detém em nenhum dos métodos clássicos, nem racionalismo ou empirismo exclusivamente. O que aparece é um mundo que não se reduz a apenas a um sentido: nem imanência, nem transcendência. É preciso, talvez seja a lição mais fundamental dos trabalhos de Mauss conforme a leitura merleau-pontyana, aceitar que juntamente com o sentido dado pelo olhar que se debruça objetivamente sobre o mundo há, ainda, o sentido da própria estrutura do mundo.

Porém, se a aplicação da noção de estrutura pode ser tão extensa quanto a distribuição das ciências no quadro da epistemé, independente disso ela se define, freqüentemente, conforme nos indica Piaget, por três aspectos fundamentais: *totalidade*, *transformação* e *auto-regulação*. Essas três categorias são encontradas concomitantemente em praticamente todas as descrições que recorrem à idéia de estrutura. Não há possibilidade de construção de um modelo de estrutura, conforme a descrição de Piaget, independente do tipo de ciência requerida, que não comporte ao mesmo tempo e na mesma situação essas três categorias. Mas, afinal de contas, como essas categorias operam?

A noção de totalidade faz com que todos os estruturalistas admitam, para além das diferentes matérias, que uma estrutura apesar de formada por elementos distintos, não se realiza pela simples agregação ou somatório desses elementos. A totalidade, nesse sentido, pode ser compreendida conforme o seguinte enunciado já muito bem conhecido: “O todo não se explica pelo exame isolado das partes”. Foi, nessa direção, por exemplo, que Saussure opoñdo-se à consideração puramente históri-

ca da língua, que a dissociava em elementos isolados, usou o termo sistema, no sentido comum de *estrutura* a que estamos nos referindo, para descrever a língua como uma totalidade equilibrada e dinâmica. Na perspectiva de Saussure, conforme o texto do *Curso de Lingüística Geral*, a compreensão correta da linguagem passa necessariamente pela aceitação da sua condição sistêmica – estrutural. Isso significa, e as palavras do *Curso* assim indicam, que devemos ater-nos primeiramente a uma análise do conjunto e não das partes. Atenção que se impõe como uma espécie de regra metodológica, pois somente podemos conhecer a língua em todo o seu alcance e os próprios termos que a compõe, quando a consideramos como uma estrutura única, na qual as suas partes específicas ganham o verdadeiro sentido quando não são dissociadas do todo. Portanto, se é o todo que explica as partes temos, desse modo, que aceitar que é somente por meio de uma consideração estrutural que se compreende a língua, o signo, o significante e o significado:

É uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema que faz parte; seria crer que se pode começar pelos termos e construir o sistema somando-os; pelo contrário, deve-se partir do todo solidário para obter, por análise, os elementos que ele engloba. (SAUSSURE, 2006, p. 50).

O conceito da totalidade garante integridade substancial à estrutura e remete ao reconhecimento do caráter positivo, singular e único dessa noção. Nesse caso, diferentemente de uma perspectiva elementarista, o que importa é a idéia de que somente a adoção de um viés metodológico estrutural garante inteligibilidade às análises: seja do próprio todo ou das partes que o compõe. Para Saussure, a língua é um sistema convencional de sinais no qual os elementos devem ser considerados em solidariedade sincrônica. A estrutura tem preferência sobre os elementos. Saussure, portanto, inaugurou o estruturalismo lingüístico ao privilegiar a noção de totalidade no exame da língua em lugar do elementarismo histórico-analítico até então dominante.

O segundo aspecto característico das estruturas, ainda de acordo com Piaget, é ser um sistema de *transformações*. Mesmo quando nos referimos às descrições pouco dinâmicas das formas físicas, fisiológicas e percepti-

vas da *Gestalttheorie*, como veremos mais adiante, não podemos deixar de reconhecer que toda estrutura comporta um sistema vivo de mudanças e movimentos. As totalidades estruturadas estão em constante atividade e admitem uma dinâmica de transposição bipolar. São, nesse aspecto, “estruturadas e estruturantes”. Esse seria o caso, conforme a interpretação de Merleau-Ponty, muito visível que pesa a respeito da noção de estrutura preconizada pela obra de Lévi-Strauss. Os fatos sociais, para o antropólogo francês, não são coisas e nem idéias. São, antes de tudo, estruturas. Essas estruturas – num sentido interior – organizam os elementos que a compõem e, de modo variável, também se organizam conforme o exterior. A estrutura, na perspectiva de Lévi-Strauss seria, então, concebida, conforme as palavras de Merleau-Ponty, “como a maneira simples pela qual a troca é organizada num setor da sociedade, ou na sociedade inteira” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 127). Nesse aspecto, aprendemos com Lévi-Strauss que se as estruturas, por um lado, são modelos explicativos construídos pelos cientistas para desvelar as relações complexas do real não, são, por outro lado, isentas de elementos exteriores:

Deve ficar entendido que a criança representa talvez tanto a criança nascida como a nascer. Mas dito isto, a criança é indispensável para atestar o caráter dinâmico e teleológico do procedimento inicial, que funda o parentesco na e através da aliança. O parentesco não é um fenômeno estático; só existe para se perpetuar (...) Mesmo a estrutura de parentesco mais elementar existe simultaneamente na ordem sincrônica e na ordem diacrônica (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 127).

Exemplos, como esse apresentado por Lévi-Strauss, que remontam às descrições da etnologia sobre as relações de parentescos, conforme a interpretação de Merleau-Ponty, confirmam esse ponto vista dinâmico, quando pressupõem a construção de diferentes modelos conforme a variabilidade das relações. A sociedade, diz Merleau-Ponty, “como estrutura permanece uma realidade com facetas, possível de vários enfoques” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 127). Nesse caso, a estrutura comporta uma variabilidade de relações com a sociedade que vão, por exemplo, da proximidade à incompatibilidade, do universal ao particular. A noção de estrutura ganha, na abordagem preconizada por Lévi-Strauss, um sentido

dinâmico, ao mesmo tempo em que afirma a sua abrangência e o seu entendimento por meio do seu próprio emprego.

O terceiro aspecto fundamental da noção de estrutura, a *auto-regulação*, garante às estruturas autonomia e independência. Conforme as indicações de Piaget, esse terceiro princípio se refere à relação das estruturas com tudo aquilo que lhe é exterior, seja, nesse caso, com outras estruturas. A regra geral, nas palavras de Piaget, estabelece que na relação entre estruturas “não há anexação e sim confederação e as leis de uma subestrutura não são alteradas e sim conservadas, de maneira tal que uma mudança interposta é um enriquecimento” (PIAGET, 1969, p.15).

Há um fechamento, uma espécie de soberania no qual as transformações são reguladas por leis que não vão além das fronteiras próprias da estrutura em questão. Os elementos externos e internos estão separados, mesmo quando pensamos no contato entre duas estruturas. Os elementos de uma estrutura não interferem na organização interna de outra estrutura. Podem, sim, associar-se e formar uma outra estrutura, mas os caracteres das primeiras estruturas permanecem os mesmos. Seria, por exemplo, o caso dos fatores dinâmicos que operam nas estruturas, como foram concebidas por Köhler. Para a *Gestalttheorie*, de modo geral, uma estrutura remete a uma organização do campo perceptivo no qual todos os eventos e todos os fenômenos têm seus valores locais independentes. De modo semelhante, a noção de estrutura empregada pela lingüística não deixa de mostrar como esse processo de auto-regulação opera, pois a linguagem sempre se apresenta como um sistema concreto e autônomo em toda a sua extensão. Já que a concepção sincrônica do signo supõe, na perspectiva saussuriana, que a linguagem é estruturada antes mesmo de conhecermos a sua forma acabada. O verdadeiro significado da linguagem, nesse caso, não se reduz a uma análise diacrônica, já que, antes de tudo, é preciso compreendê-la a partir do seu arranjo interno, da sua própria estrutura.

O exercício descritivo dessas ciências – da antropologia, da sociologia e da lingüística – exige um o trabalho arraigado à realidade primeira. Portanto, são ciências que só se deparam com a estrutura enquanto permanecem ligadas à experiência direta. As tentativas de explicação da mitologia, adverte Merleau-Ponty, somente foram decepcionantes porque ignoraram essa exigência. Não seriam, talvez, se tentassem compreender

o mito *in loco*: “tom, o andamento, o ritmo, as recorrências”. Mauss, interpreta Merleau-Ponty, destitui o fato social de um pretenso caráter objetivo e isolado da realidade para, então, considerá-lo como um acontecimento estrutural engajado à própria experiência. Essa é, essencialmente, a relação com a qual a noção de estrutura não pode ser dissociada. Por isso mesmo, uma estrutura não pode ser uma idéia platônica, não se resume a um conceito a priori, não se realiza com uma projeção mental ou, mesmo, como uma coisa entre outras.

Mas, afinal, voltando ao nosso problema inicial, se o comportamento deve ser pensado a partir de uma filosofia da estrutura, como assim concebeu a *Gestalttheorie* o que, na perspectiva da própria *Gestalttheorie* e, fundamentalmente, na de Merleau-Ponty é uma estrutura?

III As Estruturas Psicológicas

O surgimento da psicologia das formas já foi exaustivamente estabelecido por uma quantidade considerável de publicações.¹ Além dos extensos manuais de psicologia, a genealogia da psicologia da Gestalt se encontra, muito bem descrita, nas elaborações de Köhler, de Koffka, de Paul Guillaume e, em certa medida, nos escritos de Merleau-Ponty. Em função disso, para não sermos enfadonhos, não convém aqui repetir essa mesma história em todos os seus pormenores.

A primeira coisa a ser levada em conta é que um breve exame do desenvolvimento da *Gestalttheorie* – da descoberta das formas – nos permite, de imediato, compreender com mais clareza os liames que sustentam a relação intrínseca entre a noção de experiência primeira com as próprias formas e, ainda, a articulação dessas categorias com a função da percepção. Foi somente depois de considerar as formas a partir da sua própria significação que os teóricos da gestalt passaram a dar uma atenção consistente ao papel desempenhado pela percepção e, então, juntamente com as noções de experiência direta e de meio comportamental elaboraram uma nova psicologia. Por isso mesmo, aquilo que mais nos interessa nesse momento, além de evidenciar como as pesquisas com as *Gestaltqualitäten* modificaram as noções associacionistas e intelectualistas sobre as relações entre o organismo e a natureza, construídas desde de

Locke e Descartes é, sobretudo, precisar como a noção de forma, desenvolvida pela *Gestalttheorie*, está implicada na obra de Merleau-Ponty, seja por aquilo que foi mantido ou recusado por essa obra, já que a relação de Merleau-Ponty com a *Gestalttheorie* nunca deixou de ser crítica.

Foi a partir das pesquisas com as *Gestaltqualitäten*, inaugurada com os experimentos de Ehrenfels, que se abriu, definitivamente, a possibilidade de fixar que aquilo que ocorre às sensações, consideradas isoladamente, não corresponde ao que é dado na percepção, pois – conforme estabelece mais vigorosamente Merleau-Ponty – o que é dado à percepção o é sempre como uma estrutura. Sobre isso, o recorrente exemplo acerca da apreensão de uma música se mostra muito elucidativo. Quando diante de uma composição musical qualquer substituímos algumas notas dessa composição não podemos mais dizer, nesse caso, que se trata da mesma peça musical. No entanto, quando essa mesma peça é arranjada – *transposta* – em outro tom permanece, ainda, sendo a mesma música. Mais importante, somos capazes de reconhecê-la, isto é de percebê-la integralmente e sem a necessidade de recorreremos à função de atenção. Essa é, resumidamente, a lógica pela qual as gestaltes nos são dadas. Isto é, aquilo que é percebido o é sempre como uma totalidade e, na maioria das vezes, de maneira espontânea. E essa estrutura, as pesquisas de Ehrenfels já apontam para isso, é uma realidade singular e autônoma em relação às partes que a compõe. Se assim não fosse, não seríamos capazes de reconhecer a mesma melodia quando arranjada em outro tom ou, mesmo, de perceber com uma só visada uma paisagem. Na maioria das situações não percebemos o todo através de uma soma das partes, pois o todo – como já nos referimos anteriormente – não é essa reunião de partes justapostas. Ele possui uma identidade própria e autônoma. Uma música não resulta de uma adição de notas, uma figura, assim como uma paisagem, não se reduz a uma disposição de coisas. A música, a paisagem, e a figuras são gestaltes enquanto são percebidas independentemente da disposição isolada dos elementos que a compõe. Essas gestaltes se apresentam primeiro como unidades indivisíveis e dinâmicas: tudo está, nesse sentido, conforme os princípios de totalidade, de auto-regulação e de transposição considerados por Piaget, como vimos acima.

Mas afinal, o que é uma estrutura? O que são as formas? São coisas? São fenômenos físicos, fisiológicos ou mentais? São eventos? É possível

conceber as *Gestaltqualitäten* como algo diferente de um estado de consciência? E, depois, devemos perguntar como, precisamente, apreendemos as formas. Dado que o todo é uma realidade como são os seus elementos é necessário, do mesmo modo, investigar como ele – o todo – se apresenta desse modo. Qual o papel da percepção na apreensão das formas? Resumidamente, as questões que se impõem de imediato estão ligadas, primeiro, ao modo através do qual podemos apreender e, depois, como podemos determinar a natureza daquilo que Ehrenfels denominou como *Gestaltqualitäten*. Responder a essas questões passou a ser o principal objetivo dos representantes das primeiras escolas da psicologia da Gestalt. Portanto, foi nesse sentido, enquanto a teoria da percepção das formas parecia ganhar corpo, que o problema que habita as fronteiras das relações entre o sujeito e o mundo começou, por sua vez, a ser elaborado e respondido de forma inédita.

Descoberta as *Gestaltqualitäten* foi preciso, como já dissemos, determinar qual seria a natureza substancial das estruturas. Podemos, conforme o raciocínio de Guillaume, dizer que os problemas mais visíveis da teoria de Ehrenfels se referiam, basicamente, à posição adotada pelo psicólogo vienense acerca da natureza das formas e, ainda, a um certo desconhecimento da noção de percepção, já que o viés do sensualismo jamais foi abandonado por completo em Ehrenfels. Os trabalhos de Ehrenfels foram muito importantes na medida em que deram início as pesquisas da *Gestalttheorie*. Mas ele, assim como os psicólogos da escola de Graz, Meinong e Benussi, conforme descreve a tradição crítica da *Gestalttheorie* representada pela escola de Berlim, não responderam de maneira convincente aos problemas que rodeavam a noção de *Gestaltqualitäten*. O maior erro foi permanecerem, como indicam as críticas de Köhler e de Koffka, muito presos à noção de sensação. Vejamos como Guillaume, por sua vez, resume as críticas da escola de Berlim aos trabalhos de Ehrenfels:

Ehrenfels tinha tido o mérito de propor um problema: não o tinha resolvido e seu pensamento permanecia confuso. Não rejeitava a idéia de sensação. Admitia duas espécies de realidades psíquicas: qualidades sensíveis e qualidades formais (*Gestaltqualitäten*); eram, para ele, dois estados de consciência distintos: os primeiros eram o substrato (*Grundlage*) dos segundos; podiam existir sem eles, ao passo que a recíproca não era verdadeira (GUILLAUME, 1960, p. 9).

Portanto, a conclusão mais visível, quando nos deparamos com as críticas aos trabalhos de Ehrenfels, é que ao promover a separação entre qualidades sensíveis (*Grundlage*) e as qualidades formais (*Gestaltqualitäten*), o psicólogo vienense introduziu uma nova espécie de dualismo, não mais entre corpo e alma, mas, nesse caso, um dualismo eminentemente psíquico. No caso da apreensão das qualidades sensíveis a concepção do associacionismo foi preservada quase que integralmente. Essa relação não se constituiu, de imediato, num problema. Não é difícil conceber o modo pelo qual as qualidades sensíveis seriam apreendidas, pois evidentemente isso já estava muito bem estabelecido pela tradição. Desde Locke argumenta-se em favor da idéia que as qualidades sensíveis específicas têm origem em excitações provocadas por estímulos físicos determinados. Seria o caso, por exemplo, de percepção das cores ocasionadas pela apresentação aos órgãos occipitais de um objeto. E quanto às qualidades formais, qual seria a sua origem? Como sou sensivelmente afetado quando percebo uma gestalt? Não parece que as *Gestaltqualitäten* possam ser concebidas ao modo da lógica associacionista, na medida em que é muito difícil ligá-las a causas específicas. Não parece razoável querer, por exemplo, explicar a apreensão de uma gestalt através de uma determinada função anatômica ou, ainda, supor que um excitante característico seja a única razão dessa mesma gestalt. Ainda que os estudos de Ehrenfels propusessem que a unidade perceptiva antecede a um somatório de sensações ele não foi suficientemente longe para se livrar dos postulados associacionistas, é o que o texto de Köhler, logo abaixo, parece indicar:

As qualidades de Ehrenfels, que correspondem aos fenômenos dinâmicos mais amplos que a cor, originam-se na mesma ocasião em que a cor se origina. (...) Teria constituído uma façanha sobre-humana se Ehrenfels tivesse chagado até o ponto de dar, desse modo, às suas novas características a mesma posição que tem as qualidades sensoriais comuns. Para ele, suas qualidades representam experiências que eram acrescentadas às “sensações”, quando estas surgiram. Na escola de Graz (Von Meinong, Witasek, Benussi), discutiu-se muito, na ocasião, o *fundierte Inhalt*, concepção que implica não apenas prioridade das sensações em comparação com as características de Ehrenfels, como também uma produção destas últimas por meio de processos intelectuais. Evidentemente, mesmo aqueles que se mostravam

particularmente interessados pelo assunto tiveram, de pronto, enorme dificuldade em reconhecer desde logo suas conseqüências radicais para a teoria psicológica (KÖHLER, 1980, p. 105).

A teoria da Gestalt, p reconizada por Köhler e Koffka, mais radical, vai além das interpretações das primeiras escolas da Gestalt, nega a ocorrência das formas como elementos psicológicos. Os teóricos da Gestalt da escola de Berlim, ao contrário de Ehrenfels, não concebem as estruturas como uma espécie de conteúdo mental reunido por uma função de atenção. Se as formas se referem a uma atividade psicológica é, sobretudo, como resultado de um processo de integração entre o campo fenomenal e o físico.

A opção que escola de Berlim buscou, desde o início, foi a de escapar a qualquer filiação associacionista recusando a idéia de que as qualidades formais resultariam de excitação dos órgãos dos sentidos e, então, seriam reunidas por um aparelho superior. Para Köhler, a forma não pode ser concebida ao modo da teoria da localização e, muito menos, pode ser situada como resultado de uma função superior. As pesquisas sobre o campo fenomenal, com macacos e com galinhas, por exemplo, estabelecem que há uma consideração imanente à articulação percebida. Nesse sentido, procurando se afastar das concepções intelectualistas, Köhler e Koffka jamais conceberam que a noção de forma pudesse se apresentar como um evento puramente mental. Isto é, a forma não resulta de um processo de associação assim como não é uma representação intelectual. O mais fundamental, é que tanto Köhler como Koffka reconheceram que a descoberta das *Gestaltqualitäten*, enquanto totalidades singulares, originais e independentes dos elementos que as compõem, revelam uma nova face da realidade como, evidentemente, indicam uma nova consideração acerca da relação entre o sujeito e o mundo. Foi, mais precisamente, nesse sentido, que essas descobertas, ao mesmo tempo em que trouxeram à luz esse conceito basilar de forma, abriram a possibilidade de uma série de indagações novas em Psicologia. Se a partir das observações do psicólogo vienense, conforme indica Guillaume, pudemos descobrir as *Gestaltqualitäten* foi, sobretudo, com a *Gestalttheorie*, conforme as palavras de Köhler, que ficou estabelecido que a organização do campo sensorial, responsável pela apreensão das gestaltes, opera de maneira

distinta das teorias tradicionais e não comporta, como se acreditava, processos complementares, sejam de natureza inata ou adquirida.

Há em primeiro lugar, o que é geralmente chamado de *organização* da experiência sensorial. A expressão refere-se ao fato de campos sensoriais terem, de certo modo, sua própria psicologia social. Tais campos não se apresentam nem como contínuos, uniformemente coerentes, nem como modelos de elementos reciprocamente indiferentes. O que realmente percebemos consiste, antes de mais nada, em entidades específicas, tais como coisas, figuras, etc., e também grupos de que essas entidades fazem parte. Isto demonstra a operação de processos em que o conteúdo de certas áreas é unificado e, ao mesmo tempo, relativamente segregado de seu ambiente. A teoria mecanicista, com seu mosaico de elementos separados, é, naturalmente, incapaz de explicar uma organização nesse sentido (KÖHLER, 1980, p. 73).

O ponto central do estruturalismo psicológico, proposto fundamentalmente nos trabalhos de Köhler e de Koffka, manifesta a idéia de que é a nossa percepção que apreende as formas a partir de alguns processos fundamentais. Primeiro, enquanto totalidades organizadas. Depois, num segundo aspecto, essa concepção de totalidade é referendada pela idéia de campo e, ainda, a forma é percebida num só golpe, de modo instantâneo. Por fim, como as formas não são constituídas pelo sujeito e não são elementos psicológicos, são concebidas num viés naturalista. Para compreender melhor esse ponto de vista Köhler recorre à Física. Admite que ocorre no sistema nervoso algo semelhante ao que ocorre num sistema elétrico. A comparação com os sistemas físicos, por parte da *Gestalttheorie*, busca explicar aspectos essenciais para a Psicologia das formas que foram, de certo modo, bem trabalhados pela Física através das noções gerais de campo, de força e de causalidade.

Aprendemos com a Física, fundamentalmente a partir das pesquisas sobre a teoria da gravitação e sobre tensões eletromagnéticas, que o campo e o comportamento de um corpo estão integrados. Numa perspectiva correlativa, podemos concluir com Koffka, que entre ambos – comportamento e campo –, manifestam-se relações cambiantes de causalidade e determinação. Se o comportamento está encerrado num campo, esse, por sua vez, também se mostra através do comportamento.

“Assim descobrimos o campo magnético da terra observando o comportamento das agulhas magnéticas em diferentes lugares, sua declinação e inclinação; do mesmo modo, descobrimos o campo gravitacional da terra medindo o período de um pêndulo de certo comprimento em diferentes lugares” (KOFFKA, 1989, p.54).

Nesse caso, podemos nos referir ao comportamento de um organismo participando da mesma base ontológica da linguagem Física. Nele se apresentam sistemas de forças, circuitos elétricos interferem no seu funcionamento e, como todo sistema, que se encontra encerrado num determinado campo, um organismo opera em função de relações de equilíbrio. A mesma experiência objetiva – a sua lógica – que possibilitou uma exposição do mundo físico deve também, em Psicologia, permitir que apresentemos uma descrição do mundo fisiológico e do comportamento. A noção de campo em psicologia é fundamental no entendimento de Koffka. Pois essa noção possibilitará a conquista de uma categoria objetiva que determinará o conjunto das explicações.

No entanto, se é à Física que devemos recorrer o que, precisamente, um sistema físico pode nos dizer sobre a noção de campo em Psicologia? Antes de tudo, em que, propriamente, consiste um sistema – estrutura – físico? No entender de Köhler, num sistema físico os fenômenos são determinados por duas espécies de fatores: os dinâmicos e os topográficos. À primeira categoria pertencem as forças que atuam no interior do sistema. São, de modo geral, todos aqueles elementos que não constituem os materiais dos sistemas, mas que operam nos sistemas, com menos ou mais liberdade em função da disposição desses materiais. Já à segunda categoria, concernem às características dos sistemas que sujeitam seus processos a condições restritivas. São, de modo geral, o arranjo substancial e espacial do sistema. “Em uma rede condutora, por exemplo, as forças eletrostáticas de corrente representam o aspecto dinâmico. Por outro lado, a configuração geométrica e a constituição química da rede são as condições topográficas que restringem o jogo daquelas forças” (KÖHLER, 1980, p. 66). Numa máquina a vapor, num pistão, num circuito elétrico ou em qualquer outro sistema, por exemplo, a direção, a intensidade, a quantidade, o tempo e a distribuição das funções e a ocorrência das atividades dinâmicas estão, de modo quase que determinante, dependentes da presença, da distribuição e do alcance restritivo das

condições topográficas. Nesse sentido, os fatores topográficos interferem naturalmente na ordem do sistema e na organização sempre como condições limitadoras de função.

Assim como não há sistema sem a intervenção desses dois fatores, é preciso considerar que os sistemas variam sempre em função de uma presença mais significativa ou não de um desses fatores. No exemplo acima, sobre redes condutoras, a relação sugerida é que, de modo geral, mas não absoluto, os fatores topográficos e dinâmicos influenciam os sistemas de maneira inversamente proporcional: quanto maior a presença de fatores topográficos menor será a ocorrência dos fatores dinâmicos.

A diferença de presença e o grau variável de influência dos fatores constituem critérios determinantes no processo de distinção entre os sistemas que se encontram, evidentemente, entre a quase absoluta necessidade e a liberalidade total. A disparidade de presença dominante de um dos fatores é fácil de ser evidenciada entre os mais diversos sistemas. Quanto mais significativa for a influência dos fatores topográficos, mais perto estaremos do puro mecanicismo. Sendo, sem dúvida, essa a condição mais comum, fundamentalmente no caso dos sistemas físicos. De modo geral esse parece ser o caso mais comum: concebemos modelos teóricos e nos deparamos, mais freqüentemente, com sistemas nos quais as condições topográficas se mostram mais atuantes do que as dinâmicas. É o caso típico, nos indica Köhler, das máquinas construídas pelos homens. Como, por exemplo, o trabalho de um pistão que tem o seu movimento – um fator dinâmico – limitado a apenas uma direção pelas paredes do cilindro – condições topográficas. “Nesse caso, o vapor do cilindro que tende a se expandir em todas as direções, mas, devido, as coerções topográficas, só pode atuar em uma direção, aquela em que o pistão se pode mover” (KÖHLER, 1980, p. 66).

Essa mesma perspectiva mecanicista se mostra presente nos grandes sistemas filosóficos. As concepções da astronomia de Aristóteles, a teoria fisiológica de Descartes e todas as ciências nascidas dessas doutrinas clássicas são, no entender de Köhler, os exemplos mais bem acabados de sistemas concebidos fundamentalmente pela determinação de condições topográficas. O universo aristotélico, antes de tudo, manifesta uma concepção astronômica essencialmente determinada por condições restritivas. O céu aristotélico é concebido como um sistema

rígido no qual os fenômenos – os movimentos – são todos necessários. Os eventos dinâmicos como a direção dos movimentos e a intensidade do brilho das esferas celestes, por exemplo, são limitados pela estrutura topográfica desse cosmos ordenado. Assim, no cosmos aristotélico não há, como consta no *De Caelo*, a possibilidade de movimentos contingentes. Acompanhemos a bem estabelecida interp retação de Ross sobre o céu aristotélico:

O sistema astronômico de Aristóteles é, em termos breves, o seguinte. Os corpos celestes consistem nos cinco elementos, livres de geração e de destruição, da mudança de qualidade e tamanho, e movem-se, não como elementos terrestres em linha reta, mas em círculo. (...) o espaço é finito, não existe aí vazio (...) e a rotação uniforme de uma esfera é o único movimento passível de durar eternamente, sem mudança de direção e sem requerer quer o vazio quer um espaço infinito (ROSS, 1978, p. 103-104).

De modo semelhante à astronomia aristotélica, também foram forjadas as mais rígidas relações entre as condições topográficas e as dinâmicas acerca do sistema fisiológico. Todas as presunções mecanicistas sobre a fisiologia do sistema nervoso – fundamentalmente aquelas construídas por Descartes ou filiadas a sua doutrina – foram concebidas sob a égide quase absoluta da prevalência de fatores topográficos. A descrição do corpo por Descartes, por exemplo, conforme encontramos nas *Paixões da Alma*, sustenta a idéia já bem conhecida de uma máquina. Descartes, sem exageros, é bem preciso na afirmação do mecanicismo corporal, como o texto abaixo deixa claro, ao salientar a predominância maquinal das condições topográficas. Ao comparar o corpo a um relógio, estabelece que ele não passa no fundo, essa é a mensagem cartesiana, de um sistema mecânico no qual as categorias restritivas explicam e sujeitam os eventos dinâmicos. Aliás, o correto é considerar que as mais significativas causas dinâmicas não são dadas no corpo, mas na alma. A Fisiologia nessa perspectiva cartesiana está, então, sempre limitada a descrever somente aqueles fenômenos nervosos e os reflexos que, de certo modo, são permitidos pela topografia do nosso corpo. Nesse sentido, a Fisiologia não se seria mais do que uma Física do nosso sistema nervoso determinada por condições topográficas.

(...) consideremos que a morte nunca ocorre pela falta da alma, mas somente porque alguma das principais partes do corpo se corrompe; e pensemos que o corpo de um homem vivo difere tanto do de um homem morto quanto um relógio ou outro autômato (isto é, outra máquina que se mova por si mesma), quando está montada e tem em si o princípio corporal dos movimentos para os quais é instituído, contudo o que é necessário para a sua ação, difere do mesmo relógio, ou outra máquina, quando está quebrado e o princípio do seu movimento cessa de agir (DESCARTES, 1998, p. 30).

A posição de Köhler, à primeira vista, não parece muito clara. Há algo do cartesianismo, há algo da Física que precisamos manter e, ao mesmo tempo, recusar quando se trata da organização do campo sensorial. O organismo, por mais complexo que seja, não deixa de ter propriedades semelhantes àquelas que se encontram num sistema físico. É verdade que, em função daquilo que um corpo admite como condição sistêmica, podemos compará-lo a uma máquina sem, de modo algum, cometer um despropósito teórico refutável em toda a sua extensão. Mesmo aceitando a idéia de que na organização sensorial há uma espécie de “interdependência dinâmica” dos fatores topográficos temos, também, que admitir o fato de nesse mesmo campo operam limites que regulam a atuação e a distribuição dos fatores dinâmicos. Por isso mesmo, conforme as palavras de Köhler, “há bons exemplos na Física. Tudo favorece a presunção de que o mesmo acontece no sistema nervoso”. (KÖHLER, 1980, p. 81). No entanto, Köhler não concorda integralmente com o mecanicismo cartesiano. É fundamental recusar a concepção atomista clássica, de que o campo é a soma dos elementos locais e, ainda, as indicações sensualistas e psicologistas de Ehrenfels como, por consequência, a organização do campo sensorial em função de uma fisiologia dominada quase que integralmente por fatores restritivos. Por isso mesmo, Köhler propõe a idéia de estrutura como um dado perceptivo primário e físico. Estabelece, assim como Koffka, que o que importa é a estrutura do campo que atua na própria percepção. Para Köhler, o processo de estruturação é dinâmico e antecede e controla a percepção. A estrutura opera quase que totalmente independente da fisiologia sem, contudo, deixar de corresponder a ela. Com a *Gestalttheorie* a apreensão das formas é uma

função da percepção apenas enquanto nos dirigimos ao que já está pronto, já está dado.

A questão, portanto, é compreender como a *Gestalttheorie* explica o modo como operam as funções de conexão entre as condições observáveis do estímulo e as reações observáveis no meio comportamental. Deve haver, então, pelo menos um princípio que permita a transição – a ligação – da experiência direta com os fenômenos fisiológicos e a sua objetivação. Nesse caso é preciso investigar quais são as hipóteses que dão conta das relações estabelecidas no largo meio comportamental, entre os processos fisiológicos, o organismo e comportamento. Questão essa que foi, de certo modo, ignorada ou não respondida satisfatoriamente por toda psicologia experimental e pelas primeiras pesquisas patrocinadas pelo início da Psicologia da Gestalt. A primeira resposta a essa questão, segundo Köhler, foi fornecida pelos estudos de E. Herring: “as experiências podem ser classificadas sistematicamente, se seus vários matizes são unidos de acordo com suas semelhanças” (KÖHLER, 1980, p. 38). Nesse caso a sugestão é simples. Antes de tudo é necessário classificar – fundamentalmente através do critério da semelhança – os processos fisiológicos e a experiência perceptiva para, então, supor relações possíveis de serem estabelecidas. A relação entre os sistemas de classificação somente será clara se supusermos que ambos têm as mesmas formas e estruturas. Por exemplo, quando conseguimos estabelecer correspondência entre a representação geométrica de um som – uma linha reta crescente – e a características dos fenômenos cerebrais. “O princípio não dá uma resposta direta, mas supõe que quaisquer que possam ser as características em questão, suas várias tonalidades ou graus devem mostrar exatamente a mesma ordem que a altura do som apresenta, isto é, a de uma linha reta” (KÖHLER, 1980, p. 38). A segunda resposta interessante, a qual Köhler faz referência, é dada pelo princípio da identidade das estruturas elaborado por G. E. Muller, ao estudar a experiência visual. Muller supõe, conforme Köhler, “que as cores podem ser estudadas em sua relação com processos cerebrais correspondentes”. (KÖHLER, 1980, p. 39). Resumidamente, essa correspondência é assumida numa relação estrutural que liga a experiência visual aos processos cerebrais. Afirma-se, nesse caso, que o aparelho responsável pelas experiências do fenômeno da cor e dos fenômenos fisiológicos relacionados variam, por consequência lógica,

conjuntamente e na mesma direção das cores. Há, nesse caso, a indicação de uma espécie de paralelismo estrutural entre as cores, o aparelho retiniano e a percepção.

Não satisfeito com essas duas respostas, Köhler nos indica que a *Gestalttheorie* fundou um princípio mais complexo e próximo da experiência direta: o princípio do isomorfismo psicofísico. Ao contrário dos autores anteriores, que construíram os seus modelos numa referência à ordem lógica das experiências, a teoria da Gestalt pressupõe uma ordem concreta. O procedimento de Köhler é fiel, de certo modo, a noção de meio comportamental estabelece, de modo geral, que é funda mental não abstrair da experiência para mostrar a ligação entre essa mesma experiência e os fenômenos fisiologicamente velados. Köhler demonstra, primeiro, a validade desse princípio relacionado-o às experiências espaciais. Nesse caso, ele pode ser enunciado assim: “*A ordem experimentada no espaço é sempre estruturalmente idêntica a uma ordem funcional na distribuição dos processos cerebrais ocultos*” (KÖHLER, 1980, p. 40). O princípio sustenta, basicamente, a idéia de que uma determinada ordem experimentada – por exemplo, três pontos brancos numa superfície negra – está implicada aos processos cerebrais. Na medida em que a apreensão dessa ordem depende desses processos que, por sua vez, são no seu estado distribuídos simetricamente, na mesma ordem dada visualmente. Esse princípio também se estende com relação aos fenômenos que se situam no tempo. De modo análogo, ele estabelece a noção de que o tempo experimentado deve corresponder a um evento funcional no cérebro: “*à ordem constatada pela experiência no tempo é sempre estruturalmente idêntica a uma ordem funcional na seqüência dos processos cerebrais correlatos*.” (KÖHLER, 1980, p. 41). Conforme Köhler, a noção de correspondência concreta entre a experiência e os processos fisiológicos internos vai além das ordens temporais e espaciais. Uma terceira aplicação do princípio psicofísico, muito importante para a teoria da Gestalt, é enunciada em termos de hipótese fisiológica dos eventos sensoriais. Supõe uma espécie de unidade substancial – de mesma natureza – entre os fenômenos da experiência e os processos fisiológicos: “*(...) as unidades da experiência correspondem a unidades funcionais nos processos fisiológicos ocultos*” (KÖHLER, 1980, p. 41).

O importante para entender as afirmações acima, compreender a significação positiva do isomorfismo e a sua aplicação é ter em conta,

fundamentalmente, que os eventos fisiológicos, nos termos de Köhler e de Koffka, são processos molares e não moleculares. Aliás, na perspectiva da *Gestalttheorie*, essa consideração molar é uma condição necessária para superar a distância que separa os processos fisiológicos subjacentes da consciência, do meio comportamental e da experiência direta.

Köhler inverte de maneira radical o esquema explicativo das escolas clássicas de psicologia. O caminho não é aquele que se percorre dos princípios para a experiência e, também, não mais se busca explicar a experiência pelo fisiológico. Aquilo que Kant definiu como sendo as formas a priori da sensibilidade – o tempo e o espaço – mais a própria dinâmica da experiência, encontram os seus correlatos não somente nos processos fisiológicos, mas na própria experiência direta e no meio comportamental. A experiência direta e a noção de meio comportamental assumem, com Köhler e Koffka não apenas a condição de eventos aparentemente dispersos que precisam ser reunidos pela razão, elas são significativas desde o seu início, comportam uma estrutura de campo que permite reconhecer nelas os caracteres mais expressivos da relação entre o físico, o fisiológico e o fenomênico. Nas palavras de Köhler, essa relação é, ao que tudo indica, de integração:

Três pessoas caminham à minha frente pela rua física como três entidades físicas distintas; há, em correspondência, três unidades psicofísicas em meu córtex e três percepto-pessoas em meu espaço visual. Fisicamente, meu próprio organismo é um objeto macroscópico; também o vejo como algo à parte, a saber, o eu visual; e em meu córtex visual o seu correlato ocupa uma região em que, como estado macroscópico, é destacado do contexto psicofísico geral (KÖHLER, 1978, p. 104).

De modo análogo, Koffka pôde, efetivamente, reconhecer o lugar e a condição dos processos molares dentro do comportamento molar. Não são então, processos fragmentados sujeitos a uma conexão causal mecânica. Esses processos, nas palavras de Koffka: “não são uma soma ou combinação de processos de nervos independentes e locais, mas processos nervosos em tal extensão que cada processo local depende de todos os outros processos locais, dentro da distribuição molar” (KOFFKA, 1980, p. 70). São, evidentemente, estruturas.

A estrutura para a *Gestalttheorie* passou a significar a idéia de que o campo fenomenal – a experiência – é feito de coisas, de situações e de relações que integram o físico, o fisiológico e o mental. Portanto, a idéia de estrutura, primeiramente, oferece a possibilidade de superar a clássica oposição corpo e alma e todos os problemas que advêm dessa oposição como, também, significa uma nova possibilidade de análise e compreensão do comportamento.

No entanto, se a teoria da Gestalt manifesta, num primeiro momento, uma proximidade conceitual com a fenomenologia, ela se afasta desse viés quando reduz a existência das formas às estruturas físicas. A perspectiva naturalista referendada pela idéia de campo se impõe, como indica Merleau-Ponty, quando a teoria da Gestalt pressupõe a existência de formas físicas puras, autônomas, objetivas e isentas de qualquer subjetividade.

IV As formas e o comportamento

A principal coisa a ser lembrada, até o momento, é que a condição mais importante para apreendermos a fisiologia viva do sistema nervoso é nunca deixar de partir “dos dados fenomenais”. A defesa de uma volta à experiência primeira está dada nos teóricos da Gestalt, como vimos há pouco, em Husserl e, desde *A Estrutura do Comportamento*, em Merleau-Ponty. Nesse sentido é coerente, ainda na parte crítica que as duas primeiras obras de Merleau-Ponty admitem, realizar o trabalho filosófico integralmente: recuperar o mundo da percepção em toda sua dimensão e estabelecer a natureza do conhecimento que se encerra nesse espaço-situação primitivo. Se as teses de Pavlov e Watson, como bem descreve a *Estrutura do Comportamento*, não são sustentáveis quando confrontadas com a fisiologia e com uma descrição do comportamento são, menos ainda, quando analisadas à luz da teoria da percepção. E o que dizer da própria psicologia da Gestalt diante da fenomenologia da percepção que ela própria ajudou a estabelecer? Se a fisiologia, juntamente com a *Gestalttheorie*, nos livrou dos preconceitos da teoria clássica do reflexo, das considerações reflexógenas de Pavlov e do radicalismo objetivista do primeiro behaviorismo é, também, muito importante não aquiescer as suas teses sem o devido cuidado. Há limites metodológicos no uso da fi-

siologia, da Física para compreensão do comportamento e Merleau-Ponty quer evitar o erro da teoria da Gestalt e das demais Psicologias experimentais. Uma espécie de fisiologismo, de naturalismo ontológico que estamos sujeito quando, na tentativa de fazer ciência do comportamento, nos guiamos por meio de um de objetivismo metodológico fisiologista. É preciso, sobretudo, não cometer o erro mais evidente da Gestalt: a coisificação, a naturalização da forma.

Portanto, para fugir aos desvios da *Gestalttheorie* é fundamental aceitar que o percebido somente é explicável pelo percebido e não por uma instância exterior. É justamente isso, esse contexto, que torna possível pensar a forma aplicada a todos os tipos de comportamento. Vejamos o caso do comportamento reflexo. Com a adoção da idéia de forma é possível confirmar que esse tipo de comportamento existe, mas, ao contrário do que a Fisiologia clássica tentava estabelecer, ele apenas representa um tipo específico de comportamento, observável em condições também particulares. Nesse sentido, a noção de forma possibilita explicar todo o funcionamento do sistema nervoso. Nos termos de Merleau-Ponty, a forma explica a ambigüidade e a indeterminação do lugar na substância nervosa, desde as localizações horizontais da periferia até as localizações verticais no centro.

Em vez de proceder por cortes – sensação e percepção, sensibilidade e inteligência –, a aceitação das formas nos leva a pensar o comportamento a partir de tipos ou níveis de organização. Merleau-Ponty destaca três níveis de comportamentos representados, respectivamente, pelas formas *sincréticas*, pelas formas *amovíveis* e pelas formas *simbólicas*. Essas três formas não se referem a três grupos de animais. Os organismos, em geral, apenas se encaixam nessa escala em função do tipo de comportamento que reproduzem, mas não se resumem a uma das formas. Assim como o espaço e o tempo se encontram nos três níveis sem, contudo, ter o mesmo sentido, pois são vivenciados de modo distinto. Somente, conforme Merleau-Ponty, “para se tornarem os meios indefinidos que a experiência humana neles encontra, o espaço e o tempo exigem a atividade simbólica” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 135).

A primeira, a forma *sincrética* típica dos animais invertebrados é, nas palavras de Merleau-Ponty a menos evoluída, a mais primitiva. Essa forma limita o comportamento do organismo a situações singulares, aquelas

sempre típicas do extrato natural. Nesse nível o animal é incapaz de transcender de uma situação naturalmente dada. Há, nesse caso, conforme os exemplos citados por Merleau-Ponty sobre as rãs e as formigas, uma conduta fundamentalmente instintiva. O seu comportamento consiste basicamente em uma atividade de adaptação, de conformação das atividades vitais com o meio. O animal somente reage diante de uma situação nova ou artificial quando consegue estabelecer algum elemento que, de algum modo, sugere alguma semelhança entre essa ocasião nova e uma circunstância dada no ambiente natural.

Assim não é jamais face ao estímulo da experiência que o sapo reage, o estímulo é reflexógeno tão somente na medida em que se assemelha a um dos objetos de uma vida natural de contornos definidos, e as reações que provoca são determinadas não pelas particularidades físicas da situação presente, mas pelas leis biológicas do comportamento. Se desejamos dar às palavras um sentido preciso, é necessário chamarmos de instintivo um comportamento desse gênero, que responde literalmente a um complexo de estímulos muito mais que a certas características essenciais da situação (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 115).

Os exemplos com sapos e estrela do mar, apresentados por Merleau-Ponty, aludem sobre uma possibilidade muito limitada de aprendizagem e aquisição de reflexos condicionados. Na verdade, e o texto de Merleau-Ponty aponta para isso, é muito difícil conceber que há realmente aprendizagem nesse nível de comportamento. Alheios aos dispositivos experimentais que se apresentam estranhos às condições naturais, o que concebemos como um caso bem específico de aprendizagem somente ocorre como uma resposta global às situações semelhantes àquelas dadas como vitais. A reação sempre se esboça conforme a acomodação natural. Os reflexos condicionados, por seu lado, também só se tornam possíveis quando a situação experimental reproduz situações instintivas e naturais. Pois o comportamento do animal nesse estágio não se dissocia do arranjo de suas estruturas primárias sendo, desse modo, impossível a ele reagir de maneira inusitada diante de uma situação nova. Mergulhado na sua própria existência natural o organismo é incapaz de superá-la e, por consequência, também é incapaz de perceber o que está além do vital orgânico.

Em relação às formas *amovíveis*, Merleau-Ponty entende que o comportamento pressupõe um certo grau de independência dos elementos materiais que o envolvem. Quando comparado à conduta das formas sincréticas o animal, no caso das formas amovíveis, consegue pressupor relações, fazer analogias e ir além do quadro natural. Ocorre com as formas *amovíveis* o que Merleau-Ponty denomina de “conduta do sinal”. Os vários relatos feitos em *A Estrutura do Comportamento* sobre experimentos realizados com galinhas e ratos, por exemplo, mostram que a aprendizagem, nesse caso, é um pouco mais sofisticada e muito mais complexa do que comumente pensamos. Ao contrário do que sugerem as interpretações do “behaviorismo estrito” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 116), a aprendizagem não se resume na passagem de um estímulo incondicionado a um condicionado. Ainda que obedeça a uma lógica de eventos linearmente dispostos em contigüidade, tanto temporal como espacial o que se aprende não é reagir isoladamente a um estímulo, mas, sobretudo, adaptar-se a uma situação, a uma conjuntura. Não se trata, por exemplo, de negar o poder reflexógeno de uma determinada excitação. Ele existe, mas é preciso também admitir que ele tem com o organismo uma relação estrutural. O estímulo não afeta apenas um ponto, não se refere apenas a uma atividade específica. Se prestarmos atenção, como nos diz Merleau-Ponty logo abaixo, até mesmo o behaviorismo parece sugerir a pertinência da idéia de configuração nos reflexos condicionados. Curiosamente, e o texto é claro nesse sentido, nos deparamos diante do comportamento das formas amovíveis com uma situação na qual são as leis do reflexo condicionado – cerne do behaviorismo – que funcionam contra o atomismo comportamentalista.

É uma lei geral do reflexo condicionado que a reação adquirida tende a ser antecipada pelos estímulos que precedem o próprio estímulo condicionado. Animais treinados a entrar em uma caixa de alimentos onde deverão virar á direita, tomam e seguem o lado direito da passagem desde a sua entrada no labirinto (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 116).

O que se dá como as formas *amovíveis* é a realização de uma estrutura de conjunto. Nos termos de Merleau-Ponty, o que se opera na conduta do sinal é uma configuração (*Sinn-Gestalt*) que confere um significado glo-

bal a ligação entre os estímulos e as respostas. Merleau-Ponty, amparado nas conclusões da Teoria da Gestalt, opõe à noção atomista do behaviorismo de uma contigüidade de fato entre estímulos condicionados e incondicionados essa idéia de configuração. Mostra, além disso, retomando os argumentos da crítica à teoria das localizações expostos nos primeiros capítulos da *Estrutura do Comportamento*, que talvez não seja adequado localizar o estímulo nas coisas ou no escopo do mundo dos fatos objetivos. É preciso sempre lembrar, como nos indica a idéia *Sinn-Gestalt*, que os atributos locais não são independentes das propriedades do conjunto. “A atividade do organismo seria ao pé da letra, comparada a uma melodia cinética, pois toda mudança no fim da melodia modifica qualitativamente o início e a fisionomia do conjunto” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 117).

Contra a interpretação estática realizada pela Psicologia experimental sobre o comportamento, Merleau-Ponty faz intervir uma interpretação muito mais dinâmica com a conduta dos sinais. Mostra que apesar dessa conduta diferir de uma conduta mais rica, como aquela operada pelas formas *simbólicas*, ela não deixa de ser aberta e muito significativa quando vemos superá-la o esquema rígido da relação estímulo-resposta construído pelo behaviorismo. Se, no caso de uma conduta mais rica é possível observar que a relação entre estímulos condicionados e incondicionados ocorre, sobretudo, em função de caracteres objetivos ou lógicos, na conduta dos sinais os estímulos condicionados também se diferenciam em razão de caracteres que estão além do objetivo imediato que se apresenta.

Entre essas estruturas que operam e enriquecem o comportamento das formas *amovíveis* estão as estruturas espaciais e temporais. Merleau-Ponty não deixa de reconhecer, amparado em diversos experimentos com cães, ratos e chimpanzés, que um determinado estímulo se torna reflexógeno, em muitos casos, mais em razão de suas relações de contigüidade temporais e espaciais do que em função das estimulações que se exercem sobre o animal. Isto é, nesses casos, as estruturas temporais e espaciais suplantam as estimulações dadas pelo objetivo do experimento. Como se ocorresse uma espécie de desvio na conduta. De imediato ela deixa de se dirigir para e pelo objetivo e passa operar envolvida pelas estruturas, no caso espaciais e temporais. Mas, de modo geral, qual é o significado disso? Brevemente, a concepção de que a aprendizagem não

se constrói pelo exame isolado dos elementos, mas se dá através da relação dos elementos no conjunto. É a situação da experimentação com a manipulação de tubos por parte de chimpanzés realizada por Köhler, sobre essa experimentação Merleau-Ponty conclui: “Assim a reação de reunião não é de modo algum ligada às propriedades absolutas de cada um dos tubos, ela é regulada a cada momento pela reação de seus diâmetros” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 123).

No entanto, essas reações se apresentam distintas conforme a estrutura que as envolve. Na medida que não tem o mesmo sentido vivenciado pelos homens, espaço e tempo operam, como já dissemos, de modo diverso na conduta dos animais. “Os termos espaço e tempo não devem ser aqui tomados em seu sentido humano, segundo o qual as relações de tempo podem ser simbolizadas pelas relações do espaço” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 127). O animal, de certo modo, quando envolvido por estruturas do tipo espacial tende a apresentar um comportamento distinto daquele quando se encontra diante da predominância de uma estrutura temporal. No entanto, é a presença mais efetiva de uma ou de outra estrutura que parece ser marcante no modo como o tempo e o espaço se fazem presentes, tanto para o animal como para o homem. Conforme Merleau-Ponty, o comportamento dos animais adere muito mais às estruturas espaciais do que as estruturas temporais. As primeiras, como sugerem as pesquisas com ratos², são mais evidentes, precisas e determinantes. “Aquilo que é realizável na unidade de uma ação contínua através do espaço não mais o é, em se tratando de vários ciclos de movimentos ligados ao tempo. O corpo vivo não organiza indiferentemente o tempo e o espaço, não dispõe de um como de outro” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 122).

O que Merleau-Ponty afirma, especificamente, é que o tempo não parece para os animais ter um sentido, uma presença tão intensa e significativa como o espaço. Por isso mesmo, sobressai a noção de que são as estruturas espaciais que mais intervêm no comportamento. Corroboram, nessa perspectiva, com um nível de comportamento envolvido por relações mais articuladas com sentido interior. São, ainda, capazes de construir relações de referência tanto para a significação de situações individuais como de abstratas. A estrutura espacial pressupõe relações que parecem sofisticar o comportamento, na medida em que o apresentam

envolvido por elementos muito mais extensos do que aqueles dados no esquematismo rígido dos estímulos condicionados.

Merleau-Ponty, ainda, se serve das experiências de Köhler com chimpanzés para discutir, primeiro, a possibilidade e, então, apontar as dificuldades da conduta preconizada pelas formas amovíveis em produzir respostas novas quando confrontados por estruturas mecânicas e estáticas. Antes de tudo é imperativo ter em conta, fiel à mesma perspectiva de análise das estruturas de ordem temporal e espacial, que o quadro do comportamento dos animais não comporta essas estruturas mecânicas e estáticas como o nosso. Muito pelo contrário, elas não são dadas no campo natural e, quando aparecem, são freqüentemente suplantadas por esquemas biologicamente mais sólidos. Ai está a primeira dificuldade. Pois as estruturas mecânicas e estáticas não aparecem de imediato, não estão presentes nos estímulos, não são visíveis no estrato natural das formas amovíveis. Nas palavras de Merleau-Ponty é preciso inatividade, tempo de espera e, sobretudo, é importante que outras estruturas naturais sejam superadas para que ocorra um arranjo inédito e positivo da situação.

É um erro constante das psicologias empiristas e das psicologias intelectualistas raciocinar como se o galho de árvore, enquanto realidade física tendo em si mesmo as propriedades de comprimento, de largura e de rigidez que o tornarão utilizável como bastão, o galho de árvore como estímulo as possuísse também, e tão bem que a intervenção nelas no comportamento seria natural. Não se vê que o campo da atividade animal não é feito de conexões físico-geométricas como o nosso mundo (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 124).

Nessa perspectiva, estruturas do tipo mecânicas e estáticas somente podem se tornar reflexógenas quando sofrem a interferência de estruturas mais fortes. Como, por exemplo, a posição do objeto diante do objetivo, a relação entre a distância do objeto e o objetivo e, ainda, a possibilidade da realização próxima ou distante do objetivo. Desse modo, são relações como essas que importam na construção do valor de uso dos objetos quando sobrepostos ao arranjo natural: estímulo mais objetivo. Essas relações demonstram, sobretudo, que o animal não pode tomar em relação aos objetos uma atitude escolhida à vontade. Se as respostas ou, enfim, a aprendizagem não ocorre à sua revelia também pouco depende

da sua intenção. Quase não há espaço para a subjetividade, na medida em que é, nomeadamente, o objeto enquanto subentendido por um valor objetivo que se impõe ao sujeito. O exemplo do chimpanzé, que ao invés de trazer a fruta vai até a mesma quando está se encontra dentro de uma caixa, é muito ilustrativo. Esse caso nos revela que as relações espaciais, as mecânicas e as estáticas nos animais se dão quase que exclusivamente numa única direção: um movimento do organismo em direção ao objetivo. O organismo, no caso do animal, é sempre o móvel e o objetivo é, por sua vez, ponto fixo que orienta o movimento do animal.

Há, então, conforme as descrições sobre o comportamento dos chimpanzés, feita por Köhler, uma supressão dos limites instintivos em favor de uma estrutura. No entanto, nesse nível de conduta é importante reconhecer a inaptidão do organismo em superar a armação primária que atribui as reações afirmativas – felizes – caráter reflexógeno positivo. É importante, como o exemplo abaixo descreve, admitir que diante de uma situação inédita o animal tem apenas possibilidades limitadas de responder com atitudes adaptadas.

Um dia um chimpanzé não foi alimentado pela manhã, mas a sua comida foi colocada no teto de sua habitação. Pusemos uma caixa no chão, a alguns metros do local adequado, mas o animal não a usou. Na verdade ele nunca havia usado anteriormente uma caixa como instrumento auxiliar. Tentou, em vão, alcançar a comida dependurada no teto, pulando para alcançá-la, subindo pelas paredes e correndo ao longo do telhado. Em dado momento, ficou tão fatigado que foi várias vezes até a caixa para se sentar e descansar um pouco, enquanto olhava tristemente para a comida dependurada no teto (KÖHLER, 1980, p. 53).

A descrição acima revela um comportamento incapaz de suplantar, pelo menos inicialmente e por si mesmo, o caráter restrito e imediato do objeto. A caixa, antes de Köhler demonstrar que ela poderia funcionar como um móvel e como um degrau até comida, não passa de uma “pedra fixa” restringida a servir, como na natureza, de assento para o animal. O principal motivo, como já dissemos a pouco, dessa limitação está no modo como o animal se relaciona e percebe o seu corpo e o mundo. Primeiro, conforme Merleau-Ponty, o animal é incapaz de ver a si mesmo como um objeto num sentido semelhante ao que atribui as coisas. Depois, o que

mais falta ao animal, é o que mais caracteriza o comportamento simbólico: capacidade de encontrar no objeto exterior, sob a diversidade dos seus aspectos um uso, um valor, um sentido semelhante aquele dado pelo próprio corpo, isto é, alongar a representação do corpo às coisas. Assim, também, parece indicar o exemplo sobre o uso próprio e restrito do equilíbrio realizado pelo chimpanzé. O exemplo, reproduzido por Merleau-Ponty, nos mostra que se o animal é capaz de equilibrar-se sobre caixotes empilhados de maneira instável não o é, por outro lado, capaz de transferir essa vivência do equilíbrio para os caixotes (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 126). Nas formas *amovíveis* aquilo que se passa com o corpo se encerra no próprio corpo. Todos esses objetos comportam um valor intrínseco que, por sua vez está dado, na composição do campo fenomenal próprio. A deficiência do animal, como indica Merleau-Ponty, é a falta de um comportamento simbólico capaz de conceber as coisas – a caixa, o bastão etc – fora de uma relação funcional. No caso do exemplo do chimpanzé é evidente a falta de uma aptidão para encontrar nos objetos exteriores, sob a diversidade dos seus aspectos, uma multiplicidade de valores não resumidos a uma situação estática. Falta ver as coisas sob a perspectiva do valor, falta tomar os objetos sob a perspectiva da definição temporária e momentânea. Como, de modo análogo, falta no comportamento das formas amovíveis superar uma visão subjetivista e transcendente do corpo e, nesse caso, aceitar o próprio corpo como mais um objeto entre objetos. Portanto, perceber no corpo próprio uma existência objetiva e independente e, ainda, tratar o seu corpo como um objeto entre objetos é ser capaz de atribuir aos objetos um domínio semelhante aquele vivenciado no uso do próprio corpo: um valor e uma significação aberta.

No caso das formas *amovíveis*, trata-se, em última análise, de um comportamento que é incapaz de pressupor uma situação fictícia, de ir além de uma adaptação ao imediato, de superar os valores funcionais em direção às coisas e, enfim, reconhecer um mesmo objeto em diferentes pontos de vista. É o que Merleau-Ponty traduz por princípio de insuficiência. Sem transcender a contigüidade espacial, o organismo também não usa símbolos, pois apesar de poder perceber sinais é incapaz de perceber símbolos. Quando se trata do comportamento dos animais os signos nunca deixam de ser sinais na medida em que, nos termos de Merleau-Ponty, são espécies de “presságios” que indicam que alguma coisa irá

acontecer. Mas enquanto permanecem sinais não alcançam o significado dos estímulos, das reações. Isso seria próprio da conduta das formas *simbólicas*, a terceira e a última entre as formas.

Com as formas *simbólicas* se introduz no comportamento duas novas categorias que suplantam os limites dados, por exemplo, pelo princípio de insuficiência das formas amovíveis ou, ainda, pela armação vital das formas sincréticas: cognição e liberdade. A cognição se apresenta, de modo claro, quando consideramos que comportamento *simbólico* é pura expressão. Por meio do comportamento das formas *simbólicas*, por exemplo, o animal encontra no mundo exterior, nos objetos uma variedade de aspectos que são impossíveis às outras duas ordens de comportamento. Estamos, agora, diante de um comportamento que manifesta a possibilidade de construir sobre um mesmo tema expressões as mais variadas possíveis. A função vetor do objeto e a sua rigidez funcional, o caráter necessário do estímulo e reflexógeno da reação dão lugar a uma variedade de perspectivas significativas. Através do signo, nesse nível de comportamento convertido em símbolo, nos defrontamos com uma conduta inédita que se orienta em direção às coisas conferindo-lhes um significado sem, necessariamente, objetivar dar conta dos a priori sensórios-motores ou instintivos. “É preciso admitir, acima das formas amovíveis que dispõe o chimpanzé, um nível de conduta original onde as estruturas sejam mais disponíveis ainda, transportáveis de um sentido a outro. É o comportamento simbólico onde se torna possível a estrutura coisa” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 130).

Portanto, com o exame das formas *simbólicas* estamos tratando, sobretudo, de um tipo de comportamento totalmente capaz de uma conduta original, de ir muito além das condições materiais dadas. Por isso, somente nesse caso, é possível a ocorrência de uma conduta livre sempre passível de ir além do tempo presente, de superar a realidade dada pelos arranjos material, orgânico ou, mesmo, o vital. Nesse caso, as coisas não se limitam a valores funcionais, é sempre possível através de uma conduta livre significar as coisas sem confundir-se com elas.

Com as formas simbólicas, aparece uma conduta que exprime o estímulo por si mesmo, que se abre a verdade e ao valor próprio das coisas, que tende a adequação do significante ao significado, da intenção e daquilo que ela visa. Aqui o comportamento não tem mais

um significado, é, ele próprio, significação (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 133).

Com a análise das formas *simbólicas*, Merleau-Ponty expõe o seu argumento mais radical contra a teoria dos reflexos condicionados, ao apontar o seu verdadeiro lugar no conjunto do comportamento: “ou é um fenômeno patológico ou um comportamento superior” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 133). No mais, é preciso reconhecê-lo como um fenômeno de desintegração. Os motivos para tanto parecem evidentes. As experiências de Pavlov com cães, como lembra Merleau-Ponty, já apresentavam animais que quando submetidos a experimentos de condicionamento manifestavam “verdadeiras neuroses experimentais”. Sendo difícil ao animal executar de modo constante a prática sugerida pelos reflexos condicionados, o comportamento se apresenta, de modo evidente, como um desvio de conduta: uma dissociação patológica. Ainda, conforme as indicações de Piéron anotadas por Merleau-Ponty, encontrado com mais freqüências nas crianças do que nos adultos, nos retardos do que nos normais o grau do sucesso dos reflexos condicionados é proporcional ao desenvolvimento intelectual.

Assim, nos dois casos, seja como disfunção patológica ou como comportamento superior, os reflexos condicionados não dão conta do comportamento já que, por sua vez, estão, envolvidos, sujeitos às estruturas que o tornam possíveis. A explicação, na perspectiva de Merleau-Ponty ganhou uma direção contrária: é o comportamento que explica os reflexos condicionados e não o contrário.

A partir da análise das diferentes formas de comportamento Merleau-Ponty busca evitar a armadilha ontológica na qual se encontram envolvidas as teorias clássicas que descrevem o comportamento. Para tanto, é necessário reconhecer que toda descrição deve, primeiramente, se dirigir à experiência concreta do comportamento sem os limites de uma análise exclusivamente fisiológica e, ainda, sem desvios metafísicos que o reduzem a uma mera representação da consciência. A noção de forma não opõe mais as categorias sujeito e objeto. Ela organiza, contra o dualismo clássico, uma amarração da alma e do corpo sob a perspectiva de que sujeito e objeto são enraizados um no outro. Abre, assim, a possibilidade de uma nova perspectiva de análise do comportamento. Não se trata

mais de estabelecer limites rígidos para o comportamento, mas de compreendê-lo. A forma seja *sincrética*, *amóvel* ou *simbólica* permanece sempre numa relação dinâmica e aberta. Não é corpo, como também não é exclusivamente consciência ou o ambiente que explica o comportamento. Pois, como já foi manifestado anteriormente, se o comportamento não é uma coisa como concebem os tributários da reflexologia de Pavlov ele também não é apenas idéia mas, é, sobretudo, feito de relações como precisamente a idéia de forma vem nos esclarecer:“(...) o comportamento não é uma coisa mas também não é uma idéia, não é um invólucro de uma pura consciência e, como testemunha de um comportamento, não sou uma pura consciência. É justamente isso que queríamos dizer, dizendo que ele é uma forma” (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 138).

A idéia de estrutura adotada por Merleau-Ponty nos conduz a abandonar a tradicional antítese entre um comportamento de ordem inferior – simples – em oposição a um outro de ordem superior – complexo. Não se trata, nesse caso, de excluir por completo o juízo que sugere uma espécie de verticalidade entre as diferentes formas do comportamento. Merleau-Ponty não suprime por completo esse conceito de verticalidade, mas, por outro lado, rejeita a antítese clássica que opõe um comportamento simples a outro complexo superior como se fossem fenômenos completamente distintos, isto é de naturezas distintas. Pois se, por um lado, tradicionalmente entendíamos o comportamento como um acontecimento físico, mecânico dependente de acontecimentos que se sucedem no espaço e no tempo, ou, ao contrário disso, como algo não dependente de causas mecânicas, mas como um acontecimento interior próprio da atividade do pensamento a idéia de estrutura parece mostrar como são inconsistentes essas considerações.

Em oposição a essas inclinações teóricas clássicas – o behaviorismo, o introspectivismo – o conceito de estrutura parece, na interpretação de Merleau-Ponty, passível de ser aplicado na compreensão do comportamento de um determinado organismo, desde as esferas mais individuais até as relações mais gerais que podem envolvê-lo com o meio ambiente.

Distinguem-se tradicionalmente reações inferiores ou mecânicas, função, como um acontecimento físico, de condições antecedentes e que se desenrolam pois no espaço e no tempo objetivos – e reações “superiores”, que não dependem de estímulos materialmente

considerados, mas, antes, do sentido da situação, que parecem pois supor uma visão da situação, uma prospecção, e não pertencem mais a ordem do em si, mas à ordem do para si. Uma e outra dessas duas ordens é transparente para inteligência, a primeira para o pensamento físico e como ordem do exterior, onde os acontecimentos comandam um ao outro de fora; a segunda para a reflexão e como a ordem do interior, onde o que se produz depende sempre de uma intenção. O comportamento, enquanto tem uma estrutura, não se dá em nenhuma dessas ordens (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 135.).

O estudo das formas, conforme a *Gestalttheorie*, nos revela que o comportamento pode ser dividido em três campos: o campo físico (matéria); o campo vital (vida); o campo humano (espírito). Entre esses os campos há distintos graus de integração da forma na medida em que eles representam aspectos diferentes de uma mesma estrutura. Por isso mesmo, Merleau-Ponty entende que na compreensão do comportamento acerca de diversos tipos de organismos pode-se falar de uma diferença estrutural, mas não de uma distinção substancial. Pois nem psicologicamente, nem fisiologicamente um determinado comportamento preexiste à estrutura, pois não é nem mais imediato e nem mais antigo do que o conjunto. No caso das relações entre a matéria, a vida e o espírito há uma grande interdependência, cada campo pressupõe o outro. Mas, por outro lado, não podemos afirmar que se estabelece entre eles uma relação causal semelhante àquelas descritas pela mecânica clássica acerca dos corpos celestes. Isso fica ainda mais evidente quando pensamos na aplicação das categorias quantidade, ordem e significado que caracterizam as relações entre esses três campos. Ao contrário, da posição materialista que reduziu o campo da vida e da consciência ao físico ou, ainda, longe do o dualismo psicofísico cartesiano que reduziu os três campos a apenas dois igualando o campo da vida ao da matéria, Merleau-Ponty entende que as categorias de quantidade, de ordem e de significado não são exclusivas de cada campo, mas enquanto categorias apenas representam um aspecto dominante de cada campo, isto é, são categorias que não se sobrepõem à estrutura. Por isso mesmo, Merleau-Ponty manifesta a idéia de que não seria nenhum equívoco epistemológico atribuir, por exemplo, um valor objetivo à categoria quantidade na consideração dos fenômenos da vida.

É aqui que a noção de forma permitiria uma solução verdadeiramente nova. Aplicável igualmente aos três campos que acabam de ser definidos, ela os integraria como três tipos de estruturas, ultrapassando as antinomias do materialismo e do espiritualismo, do materialismo e do vitalismo. A quantidade, a ordem, o valor ou a significação, que passam respectivamente por propriedades da matéria, da vida e do espírito, não seriam mais que o caráter dominante na ordem considerada e se tornariam categorias universalmente aplicáveis (MERLEAU-PONTY, 1972, p. 141).

Na idéia de forma, adotada por Merleau-Ponty, os princípios de totalidade, de auto-regulação e transformação, elencados por Piaget, se mostram presentes quando pensados nas relações estruturais que se interpoem à matéria, à vida e ao espírito. Cada situação, cada momento é determinado pelo conjunto dos outros – *totalidade* – e o seu valor depende de um estado de equilíbrio que é de caráter intrínseco da relação – *auto-regulação*. As formas, também, operam de modo dinâmico – *transformação* – e todas ordens ou graus de comportamento estão em conexão com as formas.

Mas a descrição de Merleau-Ponty é mais rica. A perspectiva merleau-pontyana para a noção de estrutura não se esgota na observação dessas três categorias. O elogio de Merleau-Ponty a Marcel Mauss está centrado, como comentamos anteriormente, na indicação da possibilidade de um discurso que contempla o universal sem, contudo, anular o particular. Não se trata nas descrições de Mauss, conforme Merleau-Ponty, de supor que uma nova sociologia foi fundada, mas, principalmente, do reconhecimento de um solo original que sempre esteve presente. Portanto, mais do que uma sociologia inédita é um novo olhar sociológico que se manifesta. Nas palavras de Merleau-Ponty, é o caso de reconhecer que “a verdade da sociologia generalizada nada suprimiria a verdade da microsociologia” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 128.) Devemos admitir com Durkheim que é necessário ao antropólogo, ao etnólogo, ao sociólogo um olhar objetivo e exterior, capaz de tomar a devida distância para não se misturar com as coisas. No entanto, na antropologia, na sociologia e na etnologia, nos ensinaram Mauss e Lévi-Strauss é, também, admissível fazer ciência estando em contato com as coisas mesmas:

As surpreendentes operações lógicas atestadas pela estrutura formal das sociedades têm realmente que ser de algum modo realizadas pelas populações que vivem tais sistemas de parentesco. Logo, deve existir uma espécie de equivalente vivido deles que o antropólogo deve pesquisar, desta a custa de um trabalho que já não é somente mental, à custa de seu conforto e até da sua segurança. Essa junção da análise objetiva à vivência talvez seja a tarefa mais peculiar da antropologia, aquela que a distingue das outras ciências sociais, como a ciência econômica e a demografia (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 129).

A noção de estrutura em Merleau-Ponty, certamente, admite esse enraizamento dinâmico que ele supõe nos trabalhos de Lévi-Strauss e de Marcel Mauss. De imediato o conceito de estrutura aplicado ao comportamento permite a Merleau-Ponty, em oposição ao associacionismo mecanicista e ao intelectualismo, compreendê-lo como um todo formado de elementos solidários, isto é, concebê-lo como uma forma. Nesse sentido, o comportamento não é mais consequência de uma miscelânea de estímulos ou, mesmo, resultado de um ego autônomo, mas, fundamentalmente, algo que é organizado e estruturado desde o seu primeiromomento. Se o comportamento não se prende nem a uma ordem superior e nem a uma ordem inferior, conforme as palavras de Merleau-Ponty, é que ele não deve mais ser considerado como uma soma de elementos que, primeiramente, deve ser isolado, analisado, mas deve, sobretudo, ser interpretado como um conjunto de fenômenos que, ao se constituírem como unidades autônomas, manifestam uma solidariedade interna.

A noção estrutura foi o que permitiu a Merleau-Ponty descrever uma unidade significativa no comportamento, tanto das formas *amovíveis*, como das *sincreticas* e das *simbólicas*. Com a intervenção da noção de estrutura a existência e o comportamento não se resumem mais aos caracteres representativos – abstracionistas, mecânicos e atomistas – do pensamento clássico. Podemos, ainda dizer, amparados na leitura de Chauí, que o que torna possível a abertura da experiência direta, entre as diferentes ordens – material, vital e espiritual – nas quais a existência está assentado, é o reconhecimento do enraizamento estrutural que permeia toda as funções dos organismos e que, por isso mesmo, confere uma unidade significativa

a cada uma das formas de comportamento sem, contudo, torná-las inco-municáveis entre si:

A estrutura é sentido encarnado: não é Natureza em-si, nem sistema de posições da consciência, mas produção de uma inteligibilidade espessa que se realiza no meio das coisas e dos homens, anteriormente à reflexão. Ou melhor, é uma reflexão operante, na qual as distinções entre o objetivo e o subjetivo não são aquelas do em-si e do para-si, e sim manifestações particulares da unidade peculiar de uma forma e de uma significação, unidade que define a diferença e a passagem da ordem física para a vital, e desta para a cultural (CHAUI, 2002, p. 229).

A passagem de uma ordem para outra, de um comportamento para outro, que o texto de Chauí claramente se refere, já está muito bem estabelecida, desde *A Estrutura do Comportamento*, como o contato intencional que não permite fissuras absolutas entre o eu e o outro e as coisas ou, mesmo, a pressões definitivas. Mostra que a experiência perceptiva engendra diferentes relações estruturais com o eu, com mundo e com o outro. Dá adaptação pura e simples, quando nos referimos às formas *amovíveis*, até as relações com significações existenciais, como no caso das formas *simbólicas*. Portanto, essas relações são, definitivamente, estruturas significativas que podemos, sem, dúvida, traduzir por comportamento. Comportar-se, no sentido primeiro e anterior a toda determinação reflexiva é, então, estabelecer relações estruturais que são, evidentemente, mediadas pelo nosso corpo. Merleau-Ponty reconhece no nosso corpo uma capacidade auto-reguladora que transcende a si própria. Se o nosso corpo é a raiz da nossa unidade existencial ele, também, está na origem e no entorno das coisas que se mostram – que são vivenciadas – ao eu. Por isso mesmo, é fundamental entender as diferentes relações estruturais do corpo, seja do corpo encarnado no mundo com as coisas naturais, seja do corpo consigo próprio ou, ainda, do nosso corpo com o outro.

Merleau-Ponty, com indicamos do decorrer do trabalho, superou as posições antagônicas mostrando que comportar-se, diferente do que estabeleceu a Psicologia empirista, é ter o sentido da situação que se está e, além disso, contrariando o introspectivismo, mostrou que o comportamento não tem o modo de ser da consciência, pois ele também é feito de gestos significativos que se expressam no mundo. Desse modo, incluída a

discussão direta com as Psicologias, já se esboça de modo evidente em *A Estrutura do Comportamento* a preocupação merleau-pontyana com as questões mais fundamentais do existencialismo: a condição do homem no mundo, a tarefa de superar a antinomia do “em si e do para si”. Essa perspectiva supõe, de antemão, o estabelecimento de uma visão de conjunto acerca do comportamento que, como indicamos, ganha sentido a partir das idéias de experiência direta e de estrutura. O que Merleau-Ponty estabelece em *A Estrutura do Comportamento* e, mais tarde corrobora na *Fenomenologia da Percepção*, é uma nova possibilidade de entendimento do comportamento que, por um lado, exclui as posições antitéticas clássicas e, por outro, conduz à elaboração de uma nova filosofia. Filosofia que traz em si os fundamentos de uma abordagem fenomenológica do comportamento que se afirma na descrição da riqueza, da indeterminação e da opacidade de um comportamento esquecido que, como por uma necessidade ontológica, está alojado nas fronteiras do esquematismo, do determinismo, da transparência e da opacidade.

¹ O termo estrutura em psicologia designa a idéia de que as partes que se podem distinguir num conjunto mental – o comportamento, a experiência consciente – mantêm entre si relações definidas. Cf. LAGACHE, 1971.

² “Dispondo de um labirinto onde as divisões móveis permitem variar o caminho que o animal deve percorrer para chegar a saída e que o circuito aberto comporta ora duas curvas para a esquerda, ora duas curvas para a direita, pode-se treinar o animal, em duas séries de experiências, a percorrer sem falso movimento cada um destes dois caminhos. Mas não se consegue obter alternância desses dois comportamentos que representamos pelos símbolos gg dd gg dd . Se agora se coloca o animal num labirinto mais longo, que exige esta mesma alternância a partir da entrada até a saída, o treinamento é alcançada. Como se tomou cuidado em eliminar qualquer outro fator, a diferença dos comportamentos não se deve senão à diferença das estruturas que, no primeiro caso, se ordenam em relação ao tempo, no segundo caso em relação ao espaço” (MERLEAU-PONTY, 1972, p.121).

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger (coord.) *Usos e Sentidos do Termo Estrutura – Nas Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Herder, 1971.

- BENVENISTE, Émile. “Estrutura em lingüística”. IN: BASTIDE, Roger (coord.) *Usos e Sentidos do Termo Estrutura – Nas Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Herder, 1971.
- CHAUÍ, Marilena. *Experiência do Pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DESCARTES. *As Paixões da Alma*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ENGELMANN, Arno. *A psicologia da gestalt e a ciência empírica contemporânea*. Psic.: Teor. e Pesq. [online]. jan./abr. 2002, vol.18, no.1 [citado 17 Março 2006], p.1-16. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-3772.
- GUILLAUME, Paul. *Psicologia da Forma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- GOLDSTEIN, Kurt. *La Structure de l'organisme – Introduction à la biologie à partir de la pathologie humaine*. 7 ed. Paris: Gallimard, 1951.
- HEUSH; LEFEBVRE; LÉVI-STRAUSS; SEBAG; BARTHÈS & LEFORT. *O Método Estruturalista*. (Org: Carlos Henrique Escobar). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- KOFFKA, Kurt. *Princípios da Psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- KÖHLER, Wolfgang. *Psicologia da Gestalt*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- KÖHLER, Wolfgang. *Psicologia*. (org. Arno Engelmann). São Paulo: Ática, 1978.
- KÖHLER, Wolfgang. *Gestalt psychology : an introduction to new concepts in modern psychology*. New York: New American Library, 1947.
- LAGACHE, Daniel. “Estrutura em psicologia”. In: BASTIDE, Roger (coord.) *Usos e Sentidos do Termo Estrutura – Nas Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Herder, 1971.

- LÉVI-STRAUSS, Claude “Os limites do conceito de estrutura em etnologia”. In: BASTIDE, Roger (coord.) *Usos e Sentidos do Termo Estrutura – Nas ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Herder, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- LIMA, Luiz Costa (org.). *O Estruturalismo de Lévi-Strauss*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- LOCKE, John. *An essay concerning human understanding*. London: Everyman's Library, 1976.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *La Structure du comportement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- _____. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *Merleau-Ponty na Sorbonne: Resumo de cursos. Psicossociologia e filosofia*. São Paulo: Papirus, 1990.
- PAVLOV. *Los reflejos condicionados aplicados a la psicopatología y psiquiatria*. Montevideo: Pueblos unidos, 1955.
- PIAGET, Jean. *O Estruturalismo*. 2 ed. São Paulo: Difel / Saber Atual, 1969.
- PIÉRON, H. *Le Cerveau et la Pensée*. Paris: Alcan, 1927.
- ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- TRÉGUIER, Jean-Marie. *Le Corps Selon la Chair: phénoménologie et ontologie chez Merleau-Ponty*. Paris: Éditions Kimé, 1996.

192

WATSON, J. B. *El Conductismo*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1955.